

# Modelos de formação em Ciência(s) da Informação: estudo comparativo entre Brasil e Portugal

*Ana Maria Pereira Cardoso*

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais-  
Brasil

CIDEHUS - Universidade de Évora

Palácio do Vimioso – Apartado 94,

7002-554, Évora

Tel: 266 706 581

E-mail: anacardoso@uevora.pt

*José Antonio Calixto*

Biblioteca Pública de Évora

Largo Conde de Vila Flor

7000-804, Évora

Tel: 266 769 330

E-mail: jcalixto@bpe.pt

## RESUMO

O artigo apresenta as características e a evolução da formação em Ciência(s) da Informação no Brasil e em Portugal, comparando os modelos formativos. As bases para análise apoiam-se na experiência profissional dos autores e em revisão de literatura. Espera-se que o melhor conhecimento sobre a situação vigente possa contribuir para aumentar a interação entre os dois países nesta área, mapear oportunidades e incentivar um maior intercâmbio entre instituições dos dois lados do Atlântico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ciência da Informação - Brasil, Ciência da Informação – Portugal, Formação Profissional em Ciência da Informação.

## ABSTRACT

The article presents and compares the evolution and some distinctiveness of the Library and Information Science(s) and its training models in Brazil and Portugal. The analysis was based on the authors' experience and literature review. It is expected that a better knowledge of the present situation can help to increase the two countries interaction in this area, as well as mapping the opportunities in order to encourage more cooperative works between institutions on both sides of the Atlantic sea.

**KEY WORDS:** Library and Information Science – Brazil; Library and Information Science – Portugal; Professional Education in Information Science.

## INTRODUÇÃO

A identidade linguística que une Portugal e Brasil não parece ter sido suficiente para promover uma grande aproximação no campo acadêmico e profissional da Ciência da Informação. Este artigo pretende analisar e comparar a trajetória de implantação e consolidação da Ciência da Informação em ambos os países, com base na experiência profissional dos autores (como docentes e investigadores) e na análise da literatura recentemente publicada, com vistas a mapear oportunidades e a

incentivar um maior intercâmbio entre instituições dos dois lados do Atlântico.

## A SITUAÇÃO BRASILEIRA

No Brasil as origens da Ciência da Informação relacionam-se principalmente com a Biblioteconomia. A formação para o profissional bibliotecário surgiu na segunda década do século XX, junto à Biblioteca Nacional, detentora de grande acervo de valor histórico e receptora do depósito legal. O objetivo deste curso era o de preparar funcionários para atuar na própria instituição. Era assim, uma capacitação destinada ao trabalho com obras raras, atendimento a pesquisadores e estudiosos da documentação histórica ali depositada, seguindo uma tendência que, Silva et al. (2002) posteriormente designariam como modelo custodial.

Na década de quarenta, a implantação da Universidade Mackenzie, na cidade de São Paulo, introduziu um viés inovador: a influência norte-americana se fez sentir a partir da presença de bibliotecários vindos dos Estados Unidos, para atender ao trabalho com as coleções das bibliotecas acadêmicas necessárias ao bom funcionamento do ensino superior. A partir dos esforços destas pessoas foi criado um curso de Biblioteconomia, onde a formação tinha como objetivo introduzir os conhecimentos e as práticas adequadas e eficientes para a composição de coleções, sua organização segundo os padrões de classificação decimal e para orientação de leitura no trato com o público leitor.

Ocorreu, assim, uma importante mudança no perfil dos profissionais bibliotecários. Até então, na maioria das vezes a função de bibliotecário era desempenhada por escritores, acadêmicos e eruditos e as poucas bibliotecas existentes eram direcionadas aos interesses de uma elite intelectual e social, em um país de marcantes desigualdades no acesso à escola e ao saber. As pessoas que ali trabalhavam eram nomeadas por apadrinhamento e indicação política, sem uma capacitação técnica específica: aprendia-se o ofício pelo acompanhamento de funcionários veteranos.

A partir da influência de ambos os cursos, em paralelo com a disseminação de idéias promotoras da criação de bibliotecas, notadamente as públicas e as universitárias,

ampliou-se o mercado profissional, com a decorrente demanda por novos quadros, melhor qualificados para as tarefas requeridas. Aos poucos, esta formação processada apenas em nível técnico, adquiriu visibilidade social e alcançou o nível de curso universitário.

### A Graduação em Biblioteconomia

A regulamentação legal da profissão, ocorrida em junho de 1962, tornando os cargos de bibliotecários privativos de bacharéis em Biblioteconomia, foi outro importante fator que contribuiu para o aumento no número de cursos na área. Estes, rapidamente se espalharam por todo o país, seguindo uma definição curricular única para a formação dos profissionais.

Em 1967 foi criada a Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD, que em 2001 se tornaria a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação - ABECIN) congregando as lideranças profissionais e docentes da área, em um movimento que visava dar unidade temática ao conjunto de iniciativas para formação de bibliotecários e apresentava uma proposta de revisão curricular de forma a diminuir o viés tecnicista da formação e introduzir elementos teóricos mais abrangentes.

É nesta mudança curricular que as disciplinas de catalogação e classificação deixam de constituir o eixo da formação e entram em cena disciplinas como gestão e planejamento, psicologia e estudos de usuários, sociologia e metodologia de pesquisa. É também a ocasião em que, refletindo as orientações da política nacional de ensino superior, tem início a profissionalização dos professores, até então bibliotecários que, como professores, traziam suas experiências para transmitirem aos alunos (SOUZA, 2009).

Em 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996) a educação superior no país deixou de ser regida por normas que definem conteúdos obrigatórios e comuns a todas as instituições de ensino e passou a ser pautada por diretrizes curriculares que conferiram maior autonomia às instituições para definição de seus cursos e programas de ensino. Em decorrência das mudanças introduzidas na formação profissional, uma análise posterior afirmou: *“A singularidade de cada nova proposta é reconhecida e legitimada nos marcos das Diretrizes Curriculares, que definem como parâmetro de modelagem o perfil do profissional pretendido. Assim, de acordo com as características sócio-culturais locais, a vocação econômica e as demandas regionais, o número de egressos do ensino médio, as IES desenham novos formatos de cursos em que possam otimizar os seus recursos.”* (CARDOSO, 2002).

Dois anos depois, em 1998, a ABEBD promoveu o Encontro Nacional de Escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação [1] para debater o impacto da LDB na formação de bibliotecários e foram definidas quatro sub-áreas de capacitação: Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Organização e tratamento da informação, Recursos e serviços de informação, Gestão da informação.

A adoção destas sub-áreas como balizadoras do ensino da Biblioteconomia indicam a influência dos cursos de

pós-graduação (mestrados e doutorados) realizados pelos docentes da graduação, a partir de incentivos dos programas nacionais de qualificação de professores das instituições de ensino superior.

Em 2001 foram publicadas as diretrizes curriculares para cursos de graduação em Biblioteconomia. O mesmo decreto que as instituiu, definiu também diretrizes para vários outros cursos, entre eles o de Arquivologia. É interessante destacar que embora por esta época, vários cursos de pós-graduação adotassem o nome “Ciência da Informação”, por questões políticas e interferência de entidades profissionais, ciosas de uma possível reserva de mercado de trabalho, as diretrizes omitem esta denominação entre as possibilidades de formação contempladas. Tal fato não impediu que surgissem iniciativas em algumas universidades conceituadas com oferta de cursos de graduação em Ciência da Informação. *“Os anos 90 foram palco de uma ação persistente e forte em direção à consolidação do campo da CI no Brasil, (...) Esta consolidação escapou aos limites da pós-graduação, e adentrou o campo profissional – não sem que se instalasse uma forte resistência por parte de grupos profissionais, dos órgãos de classe e de muitas escolas. É importante lembrar que estas ações se passam no contexto de implantação da política neoliberal, com o encolhimento do Estado, diminuição de investimentos em políticas sociais, a flexibilização do emprego, o aumento das taxas de desemprego (...) A resistência dos profissionais bibliotecários à CI (...) foi em parte decorrente da compreensão errônea de que a Biblioteconomia seria subsumida pela CI”.* (CARDOSO, 2002)

De acordo com o Censo da Educação Superior no Brasil, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (BRASIL, 2009) órgão oficial do governo brasileiro para estatísticas e avaliação, o quadro da formação na grande área de Ciência da Informação apresentava em 2008 os seguintes dados:

Arquivologia	12
Biblioteconomia	37
Ciência/ Gestão da Informação	6
Total	63

**Quadro 1 - Número de Cursos de Graduação**

Fonte: INEP. Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação

Cursos	Vagas ofertadas	Inscrições para seleção	Ingressantes
Arquivologia	589	5483	551
Biblioteconomia	2460	8312	1709
Ciência/ Gestão da Informação	140	505	92

**Quadro 2 - Oferta e demanda em cursos de graduação**

Fonte: INEP. Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação

A análise dos dados indica a discrepância em termos da quantidade de vagas ofertadas nos três cursos, com absoluta predominância da Biblioteconomia, curso que tem maior tempo de existência, tradição e ofertas de emprego. Entretanto, é de se estranhar a quantidade de

vagas ociosas, especialmente se considerarmos que o número de candidatos inscritos aos processos seletivos ultrapassa em muito o total daqueles que, efetivamente, ingressaram nos cursos. Infelizmente não estão disponíveis os dados referentes ao total de titulados por ano, o que permitiria ampliar o conhecimento sobre a situação atual dos cursos de graduação na grande área de estudos da informação.

Outro aspecto que merece ser considerado é a inserção da Arquivologia (Arquivística). Trata-se de uma área inicialmente vinculada como sub-área dos estudos de História, à qual fornece os insumos básicos pelo tratamento dos documentos preservados em arquivos. Tradicionalmente, no Brasil, têm sido os historiadores os encarregados destas instituições e seus documentos, pouco espaço sendo concedido a outros profissionais. No entanto, nos anos setenta, com o crescimento da demanda de empresas por especialistas para trabalhar em seus arquivos, os cursos de Biblioteconomia incorporaram em seus currículos algumas disciplinas que fornecessem as bases para esta habilitação, que se tornou parte da formação do bibliotecário.

Não demorou muito para surgirem rugas e desavenças entre os profissionais “bibliotecários de bibliotecas” e “bibliotecários arquivistas”, estes últimos apoiados pelos historiadores. A situação resultou em uma rivalidade profissional que perdura ainda hoje, muito embora os arquivistas tenham logrado reconhecimento profissional e a aprovação de cursos em nível universitário.

A titulação em Ciência ou em Gestão de Informação parece ser uma opção ainda não inteiramente bem assimilada pela sociedade. Como visto, são poucos os cursos e vagas para esta alternativa. Geralmente são formulados em parcerias com departamentos universitários tais como a informática, a gestão ou as engenharias, que buscam inovações e adotam conteúdos voltados para o desenvolvimento e/ou aplicação de tecnologias da informação e comunicação.

Um dos fatores que contribuiu fortemente para a manutenção desta situação é o movimento corporativo dos profissionais já estabelecidos no mercado de trabalho e suas entidades representativas, que tendem a recusar mudanças e lutam pela permanência do instituído, mesmo em um cenário de incentivo à autonomia das universidades, como é o caso brasileiro. Por outro lado, também as empresas e órgãos governamentais contratantes de profissionais graduados, sentem-se inseguros frente aos novos perfis de profissionais, egressos de cursos universitários praticamente desconhecidos que resultaram da autonomia para criação de cursos, franqueada pela LDB

para universidades e centros universitários.

Contudo, circunstâncias políticas, intra e interinstitucionais, descolaram a Ciência da Informação do ensino profissionalizante, que permaneceu restrito ao nível de graduação - tradicionalmente ofertado na área da Biblioteconomia e, de forma ainda mais limitada, da Arquivologia. Deste modo, foi adotado na prática, ainda que sem efetiva deliberação, o modelo anglo-saxônico, em que a Ciência da Informação se estuda e exerce após uma graduação universitária inicial.

### **A Formação pós-graduada**

No âmbito dos estudos em pós-graduação, pode-se afirmar que a Ciência da Informação chegou ao Brasil no início dos anos setenta, quando as contingências do desenvolvimento econômico promoveram a proliferação de institutos de pesquisa científica e tecnológica que, por sua vez, requeriam a montagem de bibliotecas especializadas e os serviços de recursos humanos capacitados.

Esta demanda ocasionou a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – IBBD (posteriormente denominado Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica - IBICT) que, como uma de suas primeiras iniciativas, implantou o curso de especialização em Documentação, embrião do mestrado em Ciência da Informação, que foi inaugurado em 1973. Tal curso promoveu a divulgação e a paulatina multiplicação da oferta de pós-graduação na área, que se disseminou pelo país, com sede em universidades públicas: federais ou estaduais.

Em anos recentes, o aumento da demanda social por profissionais habilitados a lidar com a informação, sobretudo por parte de empresas e corporações, gerou maior interesse pela pós-graduação (mestrado e doutorado) por parte de profissionais graduados em áreas conexas, como Comunicação, Administração, Economia, Engenharias, Informática e Computação, dentre outras. Esta procura determinou uma maior inclusão de temas multi e interdisciplinares nas linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação. Paralelamente, também houve mudanças significativas no perfil dos professores responsáveis pela formação dos profissionais de bibliotecas e arquivos, com conseqüências imediatamente percebidas nas instituições.

Hoje, existem no Brasil onze programas de pós-graduação em Ciência da Informação, com linhas de pesquisa diversificadas. Pelo quadro 3 pode-se acompanhar o crescimento dos cursos de mestrado e doutorado e as linhas de pesquisa de cada um.

Instituição/ Área concentração	Mestrado	Doutorado	Linhas de pesquisa
IBICT/UFRJ (Univ. Fed. Rio de Janeiro) – UFF (Univ. Fed. Fluminense) - UFRJ/ Informação e Mediações sociais e tecnológicas para o conhecimento	1970  2003	1992  2008	-Epistemologia e interdisciplinaridade na CI -Organização, estrutura e fluxos da informação - Informação, sociedade e gestão estratégica
UFMG (Univ. Fed. Minas Gerais): Produção, organização e utilização da informação	1976	1997	- Gestão da informação e do conhecimento - Informação, cultura e sociedade - Organização e uso da informação
UNB (Univ. Brasília): Transferência da informação	1978	1992	- Gestão da informação e do conhecimento - Arquitetura da informação - Comunicação da informação
UNESP (Univ. Est. Paulista): Informação, tecnologia e conhecimento	1998	2005	- Informação e tecnologia - Organização da informação - Gestão, mediação e uso da informação
UFBA (Univ. Fed. Bahia): Informação e conhecimento na sociedade contemporânea	2000	-	- Informação e conhecimento em ambientes organizacionais - Informação e contextos socio-econômicos
UFSC (Univ. Fed. Santa Catarina): Gestão da informação	2000	-	- Fluxos de informação - Profissionais da informação
USP (Univ. São Paulo): Cultura e informação	2006	2006	- Acesso à informação - Mediação e ação cultural
UFPB (Univ. Fed. Paraíba): Informação, conhecimento e sociedade	2007	-	- Memória, organização, acesso e uso da informação - Ética, gestão e políticas de informação
UEL (Univ. Est. Londrina): Mestrado Profissional em Gestão da informação	2007	-	- Organização e compartilhamento da informação e do conhecimento
UFF (Univ. Fed. Fluminense): Dimensões contemporâneas da informação e do conhecimento	2008	-	-Teoria, epistemologia, interdisciplinaridade e CI - Representação, gestão e tecnologia da informação - Informação, conhecimento e sociedade
UFPE (Univ. Fed. Pernambuco): Informação, memória e tecnologias	2008	-	- Memória da informação científica e tecnológica

**Quadro 3 – Relação de Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação**

Fonte: STUMPF, 2009, p.169-70.

Como indicado pelo Quadro 3, as sub-áreas mais estimuladas relacionam-se com a organização e tratamento da informação e também com os aspectos sócio-culturais da produção e uso de informações, ambas herdeiras das contribuições recebidas da Biblioteconomia. Em seguida, aparece a interface com a área de gestão e administração, que adquiriu realce com a implantação nas empresas de serviços informacionais e de gestão de conhecimentos. E, como não poderia deixar de ser, cresce o interesse pela aplicação das tecnologias de informação e comunicação em suas variadas facetas.

*ANCIB e seus encontros de pesquisa.* Outro fator impulsionador do crescimento da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil foi a fundação, em 1989, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). Esta Associação promove um evento anual, o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) onde os pesquisadores da área apresentam e debatem seus estudos, proporcionando maior intercâmbio de idéias e melhor interação entre pesquisadores e docentes da área. Atualmente a ANCIB estrutura-se em nove grupos de trabalhos (GTs):

GT-1: Estudos históricos e epistemologia da CI  
GT-2: Organização e representação do conhecimento  
GT-3: Mediação, circulação e apropriação da informação  
GT-4: Gestão da informação e do conhecimento nas organizações

GT-5: Política e economia da informação  
GT-6: Informação, educação e trabalho  
GT-7: Produção e comunicação da informação em CT&I  
GT-8: Informação e tecnologias  
GT-9: Museu, patrimônio e informação

Uma curiosidade interessante a destacar é a persistência na sigla da letra B (ANCIB) testemunha da ligação umbilical com a Biblioteconomia, posteriormente retirada do nome da associação e de seus eventos.

*As publicações periódicas.* Como resultado das pesquisas e trabalhos desenvolvidos nos programas de pós-graduação houve um aumento significativo na produção de artigos, capaz de alimentar e dar corpo a muitas publicações periódicas, com tiragens impressas e eletrônicas e periodicidade regular, algumas delas indexadas pelo Institute for Scientific Information (Thomson Reuters Corp)– ISI/Web of Science, como pode ser visto pelo quadro 4.

Título	Editor	Início	Formato
Brazilian Journal of Information Science	UNESP	200?	Eletrônico
Ciência da Informação	IBICT	1972	Impresso e eletrônico
Datagrama Zero	IASI [2]	1999	Eletrônico
Encontros Bibli	UFSC	1996	Eletrônico
Informação & Informação	UEL	1996	Eletrônico

Informação e Sociedade: Estudos	UFPB	1991	Impresso e eletrônico
Liinc [3] em Revista	UFRJ/IBICT	2005	Eletrônico
Perspectivas em Ciência da Informação [4]	UFMG	1996	Impresso e eletrônico
Ponto de Acesso	UFBA	2007	Eletrônico
Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação	UNB/ Univ. Carlos III de Madrid	2008	Eletrônico
Transinformação	PUC Campinas	1989	Impresso e eletrônico

**Quadro 4 – Publicações periódicas brasileiras**

Fonte: ANCIB, 2010

Em 2008 foi lançada pela ANCIB a revista eletrônica “Tendências de Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação”, que tem como objetivo divulgar artigos de revisão crítica sobre os progressos das pesquisas na área a cada ano. São artigos encomendados aos pesquisadores líderes dos grupos de trabalho, numa clara demonstração do crescimento da pesquisa e da incipiente consolidação da área como campo autônomo de saber.

### A Situação em Portugal

Diversamente da situação brasileira, o contexto histórico-cultural de Portugal fez com que a Arquivística e a Biblioteconomia estivessem próximas em sua origem. Testemunha isto a criação em 1936, pela Universidade de Coimbra, do curso de Bibliotecário-Arquivista e, posteriormente a implantação dos Cursos de Especialização em Ciências Documentais – modelo predominante por longo período. Segundo este modelo, a formação inicial se processava com um tronco comum no primeiro ano, após o que, se bifurcava em duas áreas de especialização: Bibliotecas e Centros de Documentação por um lado e, por outro, Arquivos. Veja-se a este propósito o quadro 5.

Data	Localização	Características
1887	Arquivo da Torre Tombo/ Biblioteca Nacional	Curso superior profissionalizante para formação de bibliotecários e arquivistas para atuação nas duas instituições
1911	Universidade de Lisboa	Curso superior profissionalizante para formação de bibliotecários e arquivistas – dá continuidade ao anterior
1931	Universidade de Lisboa	Curso técnico exclusivamente profissional com dois anos de duração após obtenção de grau de bacharel ou de licenciado em letras
1936	Fac. Letras da Universidade de Coimbra	Curso de pós-graduação com duração de dois anos seguidos de estágio profissional de seis meses para formação do bibliotecário arquivista
1982	Fac. Letras da Universidade de Coimbra	Curso de Especialização em Ciências Documentais (CECD) que substitui o anterior e permite a opção entre arquivos ou bibliotecas e documentação
1983	Fac. Letras Universidade de Lisboa	Mantém o modelo de CECD
1985	Fac. Letras da Universidade do Porto	Mantém o modelo do CECD

1988	Univ. Autónoma de Lisboa	Mantém o modelo do CECD
2001-2	Fac. Letras + Fac. Engenharia Univ. do Porto	Primeira licenciatura em Ciência da Informação, com duração de quatro anos

**Quadro 5 – Evolução da formação em Portugal**

Fonte: PINTO, 2008.

Tais cursos tinham como objetivo a preparação técnica de profissionais para o desempenho de suas tarefas.

*“Na Europa, a formação nas áreas de Biblioteconomia e das Ciências Documentais caracteriza-se pela diversidade de tradições e modelos. A sua introdução nas universidades é relativamente recente e, salvaguardadas algumas exceções, ocorreu em finais dos anos sessenta do século passado. Relativamente aos programas uns têm uma orientação mais académica, dando ênfase à investigação, e outros acenam a vertente profissional.”* (VAZ, 2008, p.155).

Ao mesmo tempo, a história atesta uma forte movimentação profissional, capaz de criar espaços de debates e divulgação de conhecimentos, inicialmente por meio de Encontros (o primeiro aconteceu em 1965), que se tornaram Congressos, culminando com a fundação da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas - BAD, em Coimbra, no ano de 1973 (NUNES, 2010). É inegável a importância assumida pela Associação na consolidação da área de CID em Portugal, uma vez que suas lideranças, ocupavam um duplo papel, eram profissionais em bibliotecas e arquivos ao mesmo tempo em que estavam também envolvidas no ensino e na discussão da formação.

*“No decurso das Jornadas sobre Formação promovidas em 1998 pela Associação Profissional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas BAD, uma das situações discutidas foi a do hiato na formação de profissionais desta área então existente no sistema de ensino português. De facto, existiam na altura cursos técnico-profissionais ao nível do Ensino Secundário (12º ano) e pós-graduações, habitualmente associadas a departamentos de História, mas não existia nenhuma oferta ao nível de graduação, bacharelado ou licenciatura. Embora no debate então havido existissem correntes que defendiam a situação com a especificidade da área, outras consideravam-na anómala à luz da evolução do mercado e da prática de outros países”* (DAVID et al., 2008, p.233-4).

Estudos sobre a composição da área de CID no país dão conta de que ela desenvolveu-se de forma dispersa, resultante de esforços circunstanciais isolados, mantendo-se fortemente ligada aos campos profissionalizantes da Biblioteconomia e da Arquivística, não logrando constituir um corpo epistemológico e uma comunidade de práticas que permitissem sua consolidação como área científica, nem o alcance da necessária visibilidade e legitimidade perante a sociedade.

Após 2002, a situação evoluiu e segundo Maria Manuela Gomes de Azevedo Pinto (PINTO, 2008), em 2007 existiam cerca de dezessete cursos, a maioria adotando o modelo de Coimbra. Acerca do modelo dos CECD implantado pela Universidade de Coimbra, a literatura registra: *...“Esse modelo era (e ainda é) essencialmente profissionalizante, ou seja, visa fundamentalmente dar uma preparação técnica para profissionais desempenharem as suas tarefas e não conduz à obtenção de um grau académico. Na maior parte dos casos não há formação nem prática em investigação nem lugar à elaboração de qualquer dissertação, pelo que se pode*

*afirmar não ser um modelo estimulante da investigação, logo da criação do conhecimento e de massa crítica.”* (CALIXTO, 2008)

A partir de iniciativas de adoção de novos conteúdos e práticas formativas, e espelhando situações de mudança que ocorreram por todo o mundo, diante do rápido e inexorável progresso das tecnologias de informação e comunicação, o cenário da formação de CID em Portugal também se modificou.

Em decorrência do Processo de Bolonha e participação no empreendimento do Espaço Europeu de Educação Superior, as escolas e universidades portuguesas viram-se compelidas à constituírem licenciaturas e programas de formação como segundo e terceiro ciclos, ao mesmo tempo em que o “Referencial europeu de competências e atitudes para os profissionais da Informação” (ECIA 2005), trouxe novas exigências, na medida em que pressupõe a incorporação de conteúdos das áreas de gestão, tecnologias e ciência da informação.

Este cenário apresenta-se como grande desafio para a formação em CID, diante do facto de que estudos acerca do modelo de formação predominante indicam a quase inexistência de professores universitários com formação específica na área. Surgiram assim parcerias entre diferentes departamentos universitários com a proposta de constituir modelos de formação interdisciplinar e superar as limitações de áreas estanques, como ocorreu na Universidade do Porto (Engenharias e Letras) ou da Universidade de Évora (História, Informática e Gestão). Este facto acabou por produzir modelos formativos bastante diversos e conjunturais: *“Efetivamente, a licenciatura é oferecida hoje [2008] em 7 universidades públicas e privadas, o grau de pós-graduação é atribuído por 19 universidades e institutos politécnicos em 10 cidades (no continente e ilhas) tendo arrancado recentemente 3 cursos de doutoramento na Universidade do Porto (Faculdade de Letras), na Lusófona e na Portucalense. Existem ainda 4 cursos médios técnico-profissionais, 1 bacharelado e a APBAD continua a realizar periodicamente cursos de atualização e desenvolvimneto profissional (...).Ao mesmo tempo, as universidades portuguesas enfrentam o desafio de se reestruturarem, de se qualificarem, de instalarem investigação na área, consolidarem e desenvolverem a sua massa crítica.”* (VAZ, 2008,p.168)

Como visto, a situação da formação em CID reflete a velocidade e o dinamismo característicos da sociedade contemporânea, em que a mudança e a inovação constituem objectivos na produção de mais valia, como indicam os números *“... no ano lectivo 2007/2008, os cursos na área de CID são frequentados por pelo menos 1082 alunos (...) Deste total, 48% frequentam o 1º ciclo, 20% frequentam pós-graduações, 26% frequentam mestrados e 6% fazem trabalhos de doutoramento.”* (CALIXTO, 2008, p.623)

As mudanças mencionadas puxaram outras. Pode-se apontar, inicialmente, uma alteração terminológica: a designação “Ciência da Informação” ganhou destaque, em detrimento da anteriormente adotada “Ciências Documentais”. Também é possível identificar novas denominações de disciplinas ofertadas nos cursos, muito embora isto nem sempre venha acompanhado de significativas mudanças nos conteúdos tratados.

Uma característica marcante da situação portuguesa é o facto de que aos cursos da área de Ciências da Informação e Documentação não correspondem departamentos universitários específicos. De um modo

geral, por estarem sediados em departamentos de áreas conexas, tais cursos padecem de dificuldades administrativas e de coordenação, além de terem baixa representatividade nas esferas de decisão das universidades. A par disto, também é preocupante e merece detida reflexão, o facto de que, em grande parte, os professores lecionam disciplinas por vezes só vagamente relacionadas com suas áreas de especialização, o que suscita dúvidas quanto à sua capacidade científica e docente específica.

Assim, pode-se verificar a dispersão dos modelos formativos nas diferentes universidades, que seguem as possibilidades de ensino presentes em seu corpo docente, sem uma diretriz integradora para a capacitação profissional.

*As publicações periódicas* - Em termos de periódicos científicos, à BAD cabe o mérito de manter a principal revista da área no país *“A revista Cadernos BAD [que] tem por objectivo principal estimular o debate em torno de temáticas críticas no exercício da profissão, através da divulgação de sínteses de trabalhos de investigação e de reflexões aprofundadas de cariz predominantemente teórico”*(APBAD, 2010).

Outra publicação em CID editada em Portugal é a “Páginas a&b”, contudo, anunciando-se como revista independente, a publicação tem enfrentado dificuldades financeiras para continuar a ser editada.

Ambas as revistas têm periodicidade semestral, o que, por si só, indica ser baixa a produtividade em termos de investigação e elaboração teórica. Como destacado na literatura consultada: *“Desde logo, o modelo formativo em vigor até muito recentemente (e que realmente ainda tem muitas manifestações no presente) não forma(va) para nem estimula(va) a investigação. Daqui resulta uma produção teórica escassa, logo uma quase inexistência de manifestações científicas de que sobressai a falta de revistas científicas de CID associadas às universidades”*. (CALIXTO, 2008, p.635)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo não tem a pretensão de esgotar as possibilidades de análise e interpretação dos dois polos de CI estudados. Muito do que foi exposto resulta principalmente da experiência vivida e acumulada por seus autores, o que há de o ter influenciado, ainda que tenha-se apoiado em literatura recentemente publicada. Certamente, um estudo sistemático e prolongado da evolução da formação em CI(D) nos dois países poderá acrescentar aspectos não mencionados ou, sequer percebidos. Ainda assim acredita-se no contributo desta breve análise para ampliar oportunidades de intercâmbio e de interação entre pessoas e instituições que, além de outras vantagens, possuem a de falar(e escrever) a mesma língua.

Colocadas em paralelo as diferenças entre os dois países, notam-se muitas similaridades. A partir da conceituação de Whitley (ROCHESTER et al.,2003)[5] sobre institucionalização social e cognitiva, as diferenças aparecem realçadas. Ambas encontram-se em estágio de baixa institucionalização, tanto social quanto cognitiva, ainda que de forma diversa.

Ao passo que sobre a CI no Brasil se possa afirmar que mantém boa coerência interna em termos de concepções teóricas, temas, problemas e métodos de pesquisa, assim como estruturas formais de ensino e inserção

universitária, com veículos de comunicação estabelecidos (institucionalização cognitiva), o mesmo não pode ser dito em relação ao reconhecimento pela sociedade e pela comunidade científica de um modo geral (institucionalização social).

Já em Portugal, passa-se o contrário, a CID tem um grau mais elevado de institucionalização social do que cognitiva, uma vez que existe dispersão entre os modelos de formação, as concepções teóricas e os problemas a serem investigados. Paralelamente a isto, os profissionais da área têm maior presença e reconhecimento social, sobretudo pela consolidação dos órgãos onde exercem suas atividades e competências, sobretudo bibliotecas e arquivos.

Nos dois países a formação se desdobra em três níveis: graduação (licenciatura ou bacharelado), mestrado e doutoramento. Este percurso formativo em Portugal toma oito anos, ao passo que no Brasil o tempo para integralização dos créditos necessários para a titulação é de quatro anos para graduação, dois para mestrado e quatro para doutoramento (embora, o prazo possa ser menor, caso o estudante tenha excepcional empenho), portanto dez anos.

Enquanto em Portugal a pós-graduação foi o caminho para introdução da área de CI(D) e só posteriormente tenham surgido licenciaturas, no Brasil o caminho foi inverso, ainda que seja importante distinguir a diferença entre graduação em Biblioteconomia e pós-graduação em Ciência da Informação, duas áreas distintas ainda que conexas.

Como visto, a CI estudada e praticada no Brasil mantém fortes vínculos com os modelos norte-americanos, interessados em recuperação e gestão da informação (*information retrieval* e *information management*) com foco nas atividades e estratégias organizacionais, em detrimento dos serviços e processos para arquivos ou bibliotecas, como encontrado em Portugal, desenho este que se situa próximo dos modelos europeus como praticados na Espanha e na França.

Desta forma, o mercado de trabalho nos dois países é diverso, atualmente o setor privado (corporações do terceiro setor) é o maior empregador no Brasil, ao passo que em Portugal, programas tais como a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, a Rede de Bibliotecas Escolares e a Rede de Arquivos Municipais, patrocinados por organismos governamentais, garantem oportunidades de emprego para egressos de cursos em CID ou CI.

Outro aspecto interessante é a diferença entre os papéis desempenhados pelas entidades coletivas. Como mencionado, as associações brasileiras (ANCIB e ABECIN) situam-se no campo do ensino, ao passo que a BAD mantém vínculo com o mundo profissional mas, como em grande parte das vezes, os bibliotecários, arquivistas e documentalistas são também professores, há uma penetração inegável entre os dois segmentos. Ainda que no Brasil exista uma Federação de Associações de Bibliotecários (FEBAB), promotora de congressos e eventos de cunho profissional, sua atuação não chega a ter influência na definição de conteúdos curriculares ou de problemas de investigação. Diferença que é ainda mais acirrada com a separação existente entre arquivistas e bibliotecários, que dificilmente encontram objetivos comuns pelos quais empenhem-se. Até pelo contrário, costumam situar-se em campos opostos.

Também merece destaque que, contrariamente ao que ocorre no Brasil, nenhuma das universidades ou centros de investigação que atuam em CID edita alguma publicação periódica que veicule a produção de seus

docentes e investigadores, preferindo promover edições acadêmicas, muitas vezes sem o aval de *referees* como garantia da qualidade dos textos divulgados. Assim sendo, as temáticas abordadas nas revistas podem tender a relatos de casos bem sucedidos e boas práticas em serviços, com prejuízo da elaboração teórica e epistemológica que deveria ter lugar na academia. Sem dúvida, a produção do hemisfério norte pode ser veiculada ao sul do Equador, ao mesmo tempo em que a experiência na edição de publicações acadêmicas pode ser compartilhada.

As marcantes diferenças no percurso de constituição dos modelos formativos em Ciência(s) da Informação nos dois países estudados tratam as circunstâncias históricas, culturais e econômicas que acompanharam (e acompanham) a institucionalização da área em cada um deles. No entanto, é inegável a similaridade encontrada, nos dois casos, acerca da fragilidade epistemológica que marca a construção deste campo científico, eventual consequência de sua base constitutiva na prática profissional.

Apenas muito recentemente, a incorporação de práticas investigativas, acompanhadas de reflexões teóricas sobre os problemas da área, permite supor que seja possível superar suas fragilidades e definir sua identidade como campo científico e profissional necessário na sociedade crescentemente dependente da informação.

São muitos, difusos e complexos os desafios para a consolidação da área de CI(D): para as instituições de ensino superior, para os profissionais, para os professores e para os estudantes.

A partir destas constatações e em continuidade a trabalhos anteriormente realizados, o Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades – CIDEHUS da Universidade de Évora, por meio de sua linha de pesquisa Bibliotecas, Literacias e Informação no Sul - LIBIS (à qual os autores estão integrados) deu início ao projeto do Observatório do ensino e da investigação em ciências da informação e documentação em Portugal – OBSERVA.CID.PT, que pretende ser um repositório permanente de dados que registrem a evolução da área no país e, ao mesmo tempo, estimule a parceria e intercâmbio com outros países lusófonos, sobretudo o Brasil.

Acredita-se que conhecer o *modus operandi* e as idiosincrasias da área de CI(D) em cada país pode contribuir para o fortalecimento e consolidação da identidade interna, resultando em melhor visibilidade e reconhecimento externos, de que carecem.

## Notas

[1] Vale ressaltar a alteração no nome, com a introdução de “Ciência da Informação” em detrimento da forma anteriormente adotada, que incluía “Documentação”.

[2]IASI - Instituto de Adaptação e Inserção na Sociedade da Informação.

[3] Liinc – Laboratório Interdisciplinar em Informação e Conhecimento da UFRJ.

[4] Anteriormente denominada Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, com publicação iniciada em 1972.

[5] Segundo Rochester [op.cit.] para Whitley: “*The social aspects concern in particular differences in the structuring of education and research and the degree of organization within the scientific community. The cognitive aspects refer to how central concepts and theories within the discipline are defined, as well as to*

main research areas, basic problems, methods and relevant solutions”.

## REFERÊNCIAS

ANCIB. Portal da ANCIB. [Em linha] [Consult.02 de fevereiro de 2010] Disponível em <http://www.ancib.org.br/periodicos-em-ci>

APBAD. Portal da APBAD. [Em linha] [Consult.02 de fevereiro de 2010] Disponível em [http://www.apbad.pt/Edicoes/Edicoes\\_Cadernos.htm](http://www.apbad.pt/Edicoes/Edicoes_Cadernos.htm)

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20/12/1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional [Em linha] [Consult.02 de fevereiro de 2010] Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. Sinopses estatísticas da educação superior, 2009. [Em linha] [Consult em 26 de janeiro de 2010]. Disponível em <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/default.asp>

CALIXTO, José Antonio. A investigação em Portugal na área da documentação/informação. In: FRIAS, J.A. e TRAVIESO, C. (eds). *Formación, investigación y mercado laboral en información y documentación en España y Portugal. Formación, investigación e mercado de trabalho em informação e documentação em Espanha e Portugal*. Salamanca: Ed.Universidad de Salamanca, 2008. p.619-636.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. Educação para a Informação: desafios contemporâneos para a Ciência da Informação. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, v.3,n.5, out.2002 [Em linha] [Consult em 05 de fevereiro de 2010] Disponível em [http://www.dgz.org.br/out02/F\\_I\\_art.htm](http://www.dgz.org.br/out02/F_I_art.htm)

DAVID, Gabriel et al. Dez anos de um curso em Gestão da Informação na U. Porto: lições aprendidas e caminho futuro. In: FRIAS, J.A. TRAVIESO, C. (eds). *Formación, investigación y mercado laboral en información y documentación en España y Portugal. Formación, investigación e mercado de trabalho em informação e documentação em Espanha e Portugal*. Salamanca: Ed.Universidad de Salamanca, 2008. p.225-241.

ECIA- European Council of Information Associations. Euro-referencial I/D. Lisboa: INCITE: 2005. [Em linha] [Consult. 05 de fevereiro de 2010] Disponível em [http://files.incite.pt/worddoc/EuroReferencial\\_P.pdf](http://files.incite.pt/worddoc/EuroReferencial_P.pdf)

NUNES, Henrique Barreto. Depoimento ao Blogue do 10º Congresso da BAD. [Em linha] [Consult. Em 03 de fevereiro de 2010] Disponível em <http://www.congressobad.net/blog/>

PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo. *A formação em informação e documentação: Portugal na contemporaneidade*. In: FRIAS, J.A. e TRAVIESO, C. (eds). *Formación, investigación y mercado laboral en información y documentación en España y Portugal. Formación, investigación e mercado de trabalho em informação e documentação em Espanha e Portugal*. Salamanca: Ed.Universidad de Salamanca, 2008. p.91-142.

ROCHERSTER, Maxime et al. *International Library and Information Science Research: a comparison of national trends*. IFLA, 2003. p.13.

SILVA, Armando Malheiro et al. *Das ciências documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto:

edições Afrontamento. ISBN 972-36-0622-4.

SOUZA, Francisco das Chagas de. *Atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000*. In: A Ciência da Informação criadora de conhecimento. EDIBCIC, 2009. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. p 373-85.

STUMPF, Ida Regina C. *A Ciência da Informação no Brasil através de seus programas de pós-graduação*. In: A Ciência da Informação criadora de conhecimento. EDIBCIC, 2009. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.p.167-176.

VAZ, Francisco A. Lourenço et al. *O ensino em ciências da informação e da documentação na Universidade de Évora*. In: FRIAS, J.A e TRAVIESO, C.(eds). *Formación, investigación y mercado laboral en información y documentación en España y Portugal. Formación, investigación e mercado de trabalho em informação e documentação em Espanha e Portugal*. III Encontro Iberico de Docentes e Investigadores em Información y Documentación. Salamanca: Ed. Univ. Salamanca, 2008. p.153-170.